

# O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA REFORMA DO ESTADO NO BRASIL: avanços e recuos na década de noventa<sup>1</sup>

**Terezinha Moreira Lima<sup>2</sup>**

## RESUMO

Pretende-se refletir sobre o papel dos movimentos sociais no Brasil na década de 1990, seus avanços e recuos face à reforma do Estado, dos diversos governos neoliberais, onde se evidencia uma sociedade civil fragmentada por um coletivo diversificado. Nele campeiam desde organizações estreitamente vinculadas ao fenômeno do mercado, filantropia e movimentos de resistência.

Palavras-chave: Estado. Sociedade civil. Movimentos sociais. Reforma. Coletivo. Mercado.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho traduz algumas reflexões sobre pesquisa voltada para a análise das lutas sociais e as formas de organização da sociedade brasileira na década de noventa, tomando-se o universo maranhense como referência, onde se identificou um coletivo diversificado no processo de gestão das políticas públicas face às reformas preconizadas pelos governos desse período. A escolha da política de Assistência Social deu-se por conta da riqueza de dados em relação aos desafios em que essa política vem sendo construída, em face da (des) responsabilização do Estado e do desmonte do já limitado sistema de proteção social, assim como a (des) politização da questão social, deslocando a temática dos direitos sociais para o plano da filantropia e do voluntariado.

Foram constatados elementos ricos de análise em relação à polêmica em torno dos princípios constitucionais da descentralização política e da gestão pública. Destacaram-se ações focalizadas voltadas para segmentos específicos como família, criança e adolescente mulher, idoso e pessoa com deficiência, evidenciando-se características diferentes dos grupos sociais e de suas demandas, assim como dos atores que os representam nos fóruns e conselhos de gestão paritária das políticas sociais públicas. Nesse texto será dada prioridade à reflexão sobre o papel dos movimentos sociais e sua atuação face às reformas implementadas pelo Estado.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no “VIII Congresso luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais: A questão social no novo milênio”, realizado em Coimbra! Portugal, de 16 a 18 de setembro de 2004, no Painel “Reforma do Estado e políticas públicas: confronto de experiências Brasil / Portugal”.

<sup>2</sup> Dr<sup>a</sup> em Serviço Social / Políticas Sociais e Movimentos Sociais (PUC-SP); Professora do Departamento de Ciências Sociais da UEMA; Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFMA; Pesquisadora do CNPq.

Nas duas gestões do Governo Fernando Henrique Cardoso o impacto das reformas desenvolvidas provocou o arrefecimento dos movimentos e de suas respectivas organizações, uma vez que ocorreu a partir do consenso imposto pelo alto, caracterizado por medidas como o programa Comunidade Solidária e a transferência de responsabilidades do Estado para uma sociedade civil fragmentada, onde campeiam desde organizações estreitamente vinculadas ao fenômeno do mercado e à filantropia, assim como a movimentos de resistência que, no confronto cotidiano das lutas sociais, ganham posições e destaque no cenário brasileiro.

Neste sentido, todo o esforço de democratização e da construção da esfera pública tendeu a ser malogrado em virtude do enfraquecimento de organizações sindicais das diferentes categorias de trabalhadores, a desregulação da economia e ausência das políticas de produção e de emprego, a desmontagem dos direitos sociais e do trabalho, a diminuição do alcance e da qualidade das políticas sociais e sua relação estreita com a (re) filantropização. A seguir, serão destacadas questões relacionadas com o cenário dos anos noventa do século XX, as lutas Sociais contra a força organizada do poder político e o surgimento de novos protagonistas no cenário dos anos 90.

## **2 REFORMA DO ESTADO NEOLIBERAL E OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO**

Em julho de 2001, o Relatório do Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU) e um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgaram indicadores sobre a pobreza e qualidade de vida no Brasil. Tendo como referência o período de 1999 a 2000, a FGV destacou a existência de 50 milhões de indigentes no país. Indigentes, para a pesquisa, são aqueles que recebem renda inferior a R\$ 80 (oitenta reais) por mês, o que equivalia a meio salário mínimo. O Maranhão é o estado brasileiro que lidera o ranking da pobreza com 63,72% de indigentes e, conforme o estudo, somente as capitais Porto Alegre e Salvador conseguiram reduzir o número de indigentes.

Embora ambos os estudos indiquem que a indigência no país tenha caído, os dados obtidos projetam para os próximos anos o aumento da pobreza. O Relatório da ONU confirma dados do IBGE e da Fundação Getúlio Vargas que denunciam a continuidade da concentração da renda, demonstrando que na última década os 10% mais ricos detém 46,7% da renda, enquanto os 10% mais pobres ficavam com apenas 1% do total.

De acordo com pesquisa da empresa Capgemini e do Banco de Investimentos Merrill Lynch<sup>3</sup>, o número de milionários no Brasil cresceu 6% no ano de 2003, passando de 75 mil para 80 mil pessoas. Para ser considerado milionário nessa pesquisa é preciso dispor de pelo menos US\$ 1 milhão em ativos financeiros. Conforme a pesquisa, o valor total dos ativos dos milionários brasileiros subiu de US\$1,7 trilhão em 2002 para US\$1,75 trilhão em 2003. Em toda a América Latina, o número de milionários passou de 201 mil em 2002 para 270 em 2003, com a fortuna avançando de US\$3,565 trilhões para US\$3,647 trilhões.

O fenômeno da desigualdade entre ricos e pobres no Brasil tem explicação na formação social e política matizada pelas diversas formas do processo de exploração e dominação que se tem sido imposto historicamente sobre eventuais movimentos de resistência e de emancipação dos subalternizados. Isso se reflete no crescimento econômico dissociado do desenvolvimento social que produz e reproduz a indigência e as mais variadas formas de exclusão.

Persiste o processo de acumulação subsumido ao mercado mundial, reproduzindo-se internamente o modelo de exploração que ainda contempla trabalhadores, não só expropriados dos meios de produção, mas escravizados em pleno século XXI. A dominação, exploração e expropriação assumem outras facetas e posturas, constituindo-se um processo combinado:

Em nosso país, nos dias de hoje, o capitalismo articula num só tempo, ainda que em espaços distintos, a expropriação e a exploração, processos que, a rigor, se deram separadamente na história clássica do capital. O mesmo grupo econômico, nacional ou multinacional que utiliza técnicas sofisticadas e contratuais na exploração do trabalho do operário em São Paulo ou nas grandes cidades europeias utiliza a violência do jagunço, sobrepõe o poder privado ao poder público, para expropriar o posseiro na Amazônia e até mesmo emprega o trabalho escravo para abrir suas fazendas (MARTINS, 2000, p. 25).

Por outro lado, a exclusão do trabalhador do mercado de trabalho formal criou as condições para que mergulhe-se na informalidade, que é hoje a outra face do processo de reestruturação do capitalismo. Ele terá agora que se submeter, juntamente com a sua família, a condições abjetas de sobrevivência. Já não pode assumir o ônus do aluguel da habitação, mora em palafitas, favelas, alagados engrossando o movimento das ocupações na luta pela terra no campo ou pela moradia na periferia urbana. Retira os filhos da escola obrigando-os a serem também biscateiros, lavadores de carro e outras atividades.

Na década de 1990, de acordo com os dados citados acima, a queda da pobreza foi apenas residual, existindo milhares de famílias que sobrevivem, no limite das necessidades

---

<sup>3</sup> Divulgada no Plantão Globo On Line, junho/2004.

básicas, indispensáveis para a sua reprodução, mantendo-se o problema como um fenômeno reiterativo e recrudescente da questão social. É um grande desafio mudar esse quadro em um país cuja formação ainda mantém traços de uma política *“largamente oligarquizada pelos partidos e os governos tornam-se mais e mais intransparentes; no mais das vezes, a institucionalidade erige-se em barreira à participação popular”* (OLIVEIRA, 2003, p. 52).

De acordo com o autor, decisões que são cruciais para o conjunto da sociedade correm por fora das instituições de representação popular. Por exemplo, o mesmo tratamento que o Governo federal recebe do Fundo Monetário Internacional replica sobre os Estados da federação por meio do dispositivo denominado Lei de Responsabilidade Fiscal. No governo de Fernando Henrique Cardoso:

A desestatização, que buscava um Estado enxuto, resultou na perda do controle nacional sobre poderosas unidades produtivas, e a empresarização do Estado, teorizada entre nós por Bresser Pereira, terminou na incapacidade de supervisionar minimamente os conflitos sociais, que se privatizam na medida mesma em que o monopólio legal da violência é contestado pelas gangues, grupos armados e empresas oligopolistas (OLIVEIRA, 2003, p. 54).

Oliveira se refere ao projeto de reforma do Estado coordenado por Bresser Pereira, que atribuía a crise do Estado ao seu caráter burocrático, a sua estrutura enorme e lenta que permitia práticas de corrupção, a reiteração das políticas patrimonialista e clientelística, contribuindo para o agravamento da crise fiscal. Entende-se, nesse trabalho, a concepção do patrimonialismo. Este diz respeito a uma forma de domínio político em que agrupamentos enraizados em segmentos particulares da sociedade submetem o Estado e o interesse geral, a seus particularismos. No Brasil, ocorre essa denominação ao modo pelo qual os governantes se valem do bem comum favorecendo a si próprios e a outrem, conforme os seus interesses, constituindo-se, pois, uma das formas de explicação do atraso e da exacerbação dos poderes públicos.

Argumentos dessa natureza justificaram as ondas de privatização de empresas públicas, o ajuste e corte de gastos em serviços essenciais, criação de novos impostos, as reformas ainda inacabadas no âmbito da Previdência Social e das legislações trabalhista e eleitoral, do Judiciário, da reforma tributária e em diversos outros setores visando a redução do tamanho do Estado, contudo restringindo-se, ainda mais, os objetivos das políticas sociais, seus recursos e ofertas aos segmentos excluídos.

Pretendia o ex-ministro “dividir” com a sociedade civil as responsabilidades da gestão pública, especialmente nas áreas da Educação, Previdência, Saúde e Assistência Social, transformando instituições governamentais em organizações sociais, desenvolvendo-se

parcerias e alianças com o setor privado. Para isso, difundiu-se o termo publicização, de forma a reafirmar o processo de privatização dos serviços e políticas sociais através das denominadas parceriaS entre organizações não governamentais e o Poder Público que se confunde ora com o Estado, ora com os governos nas diferentes instâncias. De acordo com Bresser Pereira e Cunill Grau,

A reforma do Estado que está ocorrendo nos anos 90 deverá conduzir a um Estado fortalecido, com suas finanças recuperadas e sua administração obedecendo a critérios gerenciais de eficiência. Mas a reforma também deverá alcançar a garantia, pelo Estado, de que as atividades sociais, que não são monopolistas por natureza, sejam realizadas competitivamente pelo setor público não-estatal e por ele controladas ainda que com seu apoio financeiro, de maneira a conseguir a ampliação dos direitos sociais. Assim, inclusive como condição para o desdobramento de suas outras dimensões, a reforma visa renovar o sistema político incorporando a própria participação cidadã mediante o controle social (PEREIRA e GRAU, 1999, p. 17).

Este projeto político, conforme José Paulo Netto, exclui um padrão de política social, pública e imperativa que tenha por eixo uma função democrático-reguladora em face do mercado. O que o projeto conduzido por FHC interdita é uma política social capaz de efetivamente restringir a voracidade do capital. O objetivo é ferir a seguridade social e volta-se para duas orientações gerais que sinalizam a (des) responsabilização do Estado: a privatização e a mercantiização. A privatização, nesse caso, nem sempre significa a mercantiização. No caso da Assistência Social, esta é transferida para a sociedade civil:

Que se incumbiria da construção de “redes de proteção social” ou de “instituições de solidariedade social”, com as quais o Estado poderia concertar “parcerias” (inclusive em modalidades similares à de uma “terceirização” (...)) Setores democráticos e mesmo de esquerda, têm frequentemente contribuído para esse processo de (des) responsabilização do Estado, do qual têm uma visão satanizada, apostando num protagonismo da “sociedade civil” - especialmente hiperdimensionando o papel das chamadas organizações não governamentais (PAULO NETTO, 1999, p. 87-88).

No estabelecimento dessas mediações têm surgido diferentes formas de organizações sociais, muitas suscitadas pelo Estado e pela iniciativa privada; outras, a partir dos movimentos sociais, definindo-se “parcerias” com vistas ao combate à pobreza e à implementação de projetos sociais de toda natureza. A referência à “solidariedade” tornou-se modismo, embora o conceito já não implique, nestas circunstâncias, na concepção histórica de emancipação humana com a atuação dos trabalhadores pela reformulação e recriação das condições de trabalho em seus respectivos espaços de luta, tendo como horizonte uma nova sociabilidade.

O consenso imposto pelo alto, a par da desmontagem dos direitos sociais e do trabalho, da limitação e diminuição da qualidade das políticas sociais, oportuniza a ampliação do denominado “terceiro setor”, que congrega, segundo seus defensores, tanto instituições que

encarnam os valores da solidariedade, os valores da iniciativa individual em prol do bem público, quanto também iniciativas assistencialistas e filantrópicas.

Bresser Pereira e Cunill Grau tentam fazer uma distinção entre os diferentes “setores” organizados da sociedade:

O setor produtivo público não-estatal é também conhecido por “terceiro setor”, “setor não-governamental” ou “setor sem fins lucrativos”. Por outro lado, o espaço público não-estatal é também o espaço da democracia participativa ou direta, ou seja, é relativo à participação cidadã nos assuntos públicos (...). A expressão “terceiro setor” pode considerar-se também adequada na medida em que sugere uma terceira forma de propriedade entre a privada e a estatal, mas se limita ao não-estatal enquanto produção, não incluindo o não-estatal enquanto controle. A expressão “não governamental” é anglicismo que reflete uma confusão entre Estado e governo; finalmente, a expressão “sem fins lucrativos” carece de limites porque as organizações corporativas também não têm fins lucrativos, sem que por isso sejam necessariamente públicas. O que é estatal é, em princípio, público. O que é público pode não ser estatal, se não faz parte do aparato do Estado (PEREIRA e GRAU, 1999, p. 16).

Os defensores do terceiro setor, articulados às relações de mercado, colocam-se contra o Estado, minimizando-lhe a sua atuação e ressaltando a competência do setor privado. Contraditoriamente, favorecem a (des) responsabilização do Estado. Uma das defensoras do terceiro setor afirma ser o mesmo *“insubstituível na mobilização de recursos humanos e materiais para o enfrentamento de desafios como o combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social”*. (CARDOSO, 1997, p. 09).

Propõe-se um novo modelo de resolução da questão social, um projeto dentro da ordem do capital, *“ao se considerar como naturais e imodificáveis a globalização e as transformações neoliberais”* (MONTAIO, 2002, p. 141), ao considerar-se como insuperável a ordem capitalista. Instaura-se a cultura do possibilismo a *“variante pessimista do pós-marxismo”* (PETRAS 1999, p. 36).

Confundem-se as categorias históricas Estado e sociedade civil com as noções de Estado, Sociedade civil e Mercado de forma segmentada. Analisada por Antonio Gramsci, (1989, p. 149), sociedade civil se constitui a esfera de mediação entre a infraestrutura econômica e a sociedade política ou Estado em sentido estrito; sociedade civil compreendida como o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias entendendo-se o sistema escolar, Igrejas, partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais etc. Já a sociedade política é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência. De acordo com Coutinho, (1989, p. 87), Gramsci se refere, de modo dialeticamente correto, à identidade distinção entre sociedade civil e sociedade política.

Portanto, trata-se de um equívoco a tese dos três setores: Estado, Sociedade e Mercado. Concordando com Montaño:

O uso da noção de “sociedade civil” como “terceiro setor” (autonomizado dos outros dois “setores” e desgarrado da totalidade social) deriva antes do conceito do positivismo, do liberalismo vulgar, do funcionalismo, do estruturalismo do sistemismo e das correntes que segmentam a realidade social em esferas/setores autônomos. Nada tem a ver, portanto, a identificação entre sociedade civil e um suposto “terceiro setor” (numa visão setorialista) com as perspectivas “integralistas” que os clássicos diferenciadamente dão à categoria de sociedade civil (MONTAÑO, 2002, p. 126).

Trata-se de um debate cheio de polêmicas, operado de forma reducionista e mistificadora, de vez que esta noção, visando a superação do público e privado divide e segmenta a realidade social criando-se mais um “Setor”, que estaria além e acima das contradições de classes. Para Montaño, o debate encobre um fenômeno pautado nos princípios neoliberais: esconde-se o seu verdadeiro caráter: “um novo padrão de resposta social à ‘questão social’, com perda de direito e de garantias no atendimento de qualidade” (2002, p. 186). Desta forma, as ideias dominantes são reproduzidas e replicadas nas concepções e práticas dos trabalhadores, o cenário torna-se perfeito para a construção de armadilhas, onde os consensos oportunista correm soltos junto às simplificações sobre o significado do que é o Estado e a sociedade civil. Os interesses da classe hegemônica são naturalizados e sacralizados e a concepção de sociedade civil como espaço contraditório se resume à tendência homogeneizadora dos atores sociais, sua funcionalidade e instrumentalidade para com o projeto neoliberal.

Ao Estado compete o papel de regulador das questões sociais e interventor apenas quando se trata de defender os interesses sob o capital. Neste sentido, as reformas precarizadas pelas políticas neoliberais na década de noventa objetivaram o enxugamento do aparelho estatal com o processo de privatizações, contra os movimentos dos trabalhadores e suas organizações sindicais. Como consequência, nesse período, estendendo-se à atual conjuntura, evidencia-se o aumento do desemprego estrutural, além do processo de sub proletarização do trabalho e uma intensa e significativa onda de conflitos entre capital e trabalho.

Entretanto, não basta só criticar a tendência oportunista do pensamento único, torna-se, cada vez mais imprescindível, criar as condições para o pluralismo democrático, onde não se confunda unanimidade com diversidade de ideias. Contribuir para escamotear a realidade das lutas, fragmentando as demandas e formulando-se respostas setoriais e casuísticas sobre a questão social é consagrar as políticas pragmáticas intrinsecamente orientadas pela funcionalidade do mercado e racionalidade do capitalismo.

### 3 SOCIEDADE CIVIL PALCO DAS CONTRADIÇÕES E DAS LUTAS SOCIAIS

A história recente mostra que os movimentos sociais no Brasil contra a cultura autoritária construíram espaços de luta onde se forjaram todo tipo de organização, constituindo-se um todo heterogêneo, ora articulado por redes e parcerias surgidas nas mediações com o Estado, ora no interior da própria sociedade mobilizando-se diferentes demandas e interesses de classes e grupos sociais, ora ainda articulado internacionalmente na busca de alternativas globais as grandes problemas do mundo e de sua democratização, caso emblemático do Fórum Social Mundial, que nasceu na cidade de Porto Alegre.

Os movimentos na década de 1990 contribuíram para o fortalecimento de conquistas em torno dos direitos humanos e dos espaços de participação social. Desenvolveu-se a concepção de cidadania coletiva, não se restringindo à questão do cidadão formal à figura jurídico-institucional, mas o sujeito de direitos atuante e responsável por um novo contrato social. Essa nova concepção construiu uma visão ampliada do Estado e sociedade que reconhece como legítima a existência de espaço ocupado por diversificadas instituições exercendo o papel de mediação entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições governamentais.

O protagonismo dos movimentos sociais sustenta-se em utopias que buscam desenvolver princípios de ética e da solidariedade, resgatando valores intrínsecos das relações pessoais e das estruturas comunitárias e, também, de aspirações culturais e políticas. Especialmente, nos anos 90, alguns entram em crise, em meio às crises decorrentes da redefinição do conflito social em termos mundiais. Outros tomam fôlego, como o do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, criado em 1979, o qual conta com uma organização em nível nacional que dirige o movimento e determina as diretrizes gerais da proposta que visa a reforma agrária no país. Transforma-se no maior movimento popular nos anos 90. Também é recriada a União Democrática Ruralista (UDR), entidade do movimento contrário encabeçada pelos proprietários de terras, que tinha sido desativada em 1992.

O Movimento Viva Rio, surgido em 1994 na cidade do Rio de Janeiro, a partir de uma coalização de ONG's, com características de campanha, contou com o apoio da mídia e de setores governamentais, além de organizações internacionais. A campanha da Ação da Cidadania, Contra a Fome e a Miséria e pela Vida conseguiu mobilizar milhares de pessoas em todo o país e continua a se realizar a partir de grupos voluntários. O movimento Nacional de Direitos Humanos surgiu como consequência de um amplo processo que se tem expressado nas Conferências sobre os Direitos Humanos em todo o país desde 1995.

Duas outras tendências se fortaleceram: o crescimento das ONG's e as políticas de parcerias e alianças implementadas tanto pelo poder público quanto privado, particularmente no âmbito local. Os movimentos tornaram-se mais estruturados, passaram a contar com a infraestrutura das ONG's, com recursos tecnológicos e acesso à Internet. A mobilização da rede social passou a girar em torno de projetos sociais bem definidos.

As ONG's surgem paralelamente ao conjunto das instituições da democracia representativa como formas variadas de representação direta. São amplamente diferenciados os seus objetivos. Abarcam as mais diferentes áreas de interesse, desde a defesa do meio ambiente, direitos políticos, debate científico, políticas culturais, questões éticas, direitos humanos e outras. Algumas ONG's organizadas institucionalmente e reguladas por legislações criadas em função de políticas governamentais de inclusão social, ganham importância, articulando-se ao poder público por meio das chamadas parcerias; outras, desenvolvendo projetos sociais e mantendo estreita articulação com os movimentos mais pragmáticos que tendem a buscar resultados mais imediatos.

Outras se referem a coletivos construídos a partir dos movimentos sociais e justificam suas ações como fora do domínio do Estado ou do mercado. Possuem equipes profissionais especializadas, oferecem assessorias aos movimentos e às organizações da sociedade civil em termos de planejamento estratégico. Recebem recursos de agências bilaterais e multilaterais e de fundações nacionais e estrangeiras.

A atuação das ONG's tem despertado a atenção de muitos e provocado algumas polêmicas. Petras afirma que há uma relação direta entre o crescimento dos movimentos sociais que desafiam o modelo neoliberal e o esforço para subvertê-los através das ONG's. Ressalta, outrossim, que nem todas são contra a noção de responsabilidade pela coisa pública, nem todas se transformam em instrumento do Neoliberalismo, "Há uma pequena minoria que tenta desenvolver uma estratégia alternativa que apoia as classes e as políticas antiimperialistas" (PETRAS, 1999, p. 51).

Nos anos 90, tanto os movimentos sociais quanto as ONG's tiveram um papel predominante na criação de conselhos gestores das políticas públicas em todo o país acentuando, ainda mais, a política social governamental focalista e restrita a grupos determinados da sociedade. Paradoxalmente, contribuíram para chamar a atenção para a fragmentação e pulverização dos recursos públicos e para a concentração de poder nas mãos dos órgãos governamentais representados nos citados conselhos. Apesar da complexidade que envolve a participação paritária, a atuação governo e sociedade civil nos conselhos de gestão garantem maior horizontalidade nos processos de confronto e construção de consensos em

relação à formulação e monitoramento das políticas públicas, assim como permite um maior controle social sobre os recursos públicos.

#### **4 CONCLUSÃO**

A década de noventa se caracterizou por um conjunto de ajustes na política econômica fundamentado nas diretrizes emanadas do Consenso de Washington, o que redundou no aumento do endividamento externo, nas privatizações, desregulamentação nas relações capital e trabalho, na redução gradativa dos gastos sociais, na concentração da renda e da riqueza, além do baixo nível de crescimento econômico que influenciou o aumento do desemprego no país. Ademais, as crises decorrentes do processo de acumulação capitalista ampliam as demandas sociais e produzem um novo perfil do Estado e da sociedade. Persiste a força dos movimentos organizados da sociedade que desenvolvem uma política desafiadora traduzida por lutas onde se constroem articulações e se criam novas fontes de poder. Considera-se como avanço a redefinição da noção de cidadania pelos movimentos sociais que aponta para a participação na gestão da sociedade e para a construção de espaços públicos.

Embora fossem anunciadas possibilidades e perspectivas de articulações com a sociedade civil, as iniciativas governamentais, quase sempre, apresentaram propostas focalizadas e determinadas para segmentos sociais específicos, perdendo-se de vista os interesses coletivos. Isso tendeu a arrefecer a força dos movimentos e organizações que, no limite, passaram a desempenhar papéis de coadjuvantes na formulação e gestão das políticas públicas. Entretanto, na recriação dos espaços públicos há que se considerar a complexidade, heterogeneidade e diferenciação da sociedade, das ambiguidades e, ao mesmo tempo, potencialidades das lutas e movimentos sociais perpassados por inquietações que vão além da luta política pela extensão dos direitos sociais e políticos. Hoje, tende a formar-se um amplo movimento associativo que aponta para ações mais pragmáticas, articuladas com projetos de co-gestão, autogestão; para outras com o fim de absorver as grandes massas de desempregados e potencializar ações coletivas fundadas no ideário da solidariedade social.

Politiza-se o debate sobre os direitos humanos, a distribuição da renda e da riqueza, apesar da tendência de homogeneização da sociedade, que pode ameaçar o debate teórico e político sobre a profunda diferenciação entre as classes sociais e os processos históricos de dominação e de desigualdade no país.

Por fim, generalizar a crítica em torno dos distintos projetos seria uma precipitação grosseira e ingênua, já que nem todas as organizações defendem posições e assumem posturas

determinadas por ideias conservadoras. Muitas instituições surgidas das lutas dos trabalhadores e de outros movimentos sociais se movem contra os efeitos perversos das políticas neoliberais e contra o pragmatismo dos financiadores internos e externos.

**THE ROLE OF THE SOCIAL MOVEMENTS IN THE REFORM OF THE STATE IN  
BRAZIL: improvements and recoils in the decade of 90's**

ABSTRACT

It is intended to reflect on the role of the social movements in Brazil in the decade of 90's, its improvement and recoils, facing the reform of the State of the several neoliberal governments. Where we can find out a fragmented civil society by a divided collective; where we can find out organizations linked to the market phenomenon, philanthropy and the resistance movements.

Keywords: State. Civil Society. Social Movements. Reform. Collective. Market.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, R. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, E. B. [et al.] 3º setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- COUTINHO, Carlos N. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- GOHN, M. da G. Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o estado moderno, 7. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- LIMA, T. M. As novas configurações da sociedade e a questão da solidariedade. 42 p. In: COSTA, C; LIMA, T. M. (Org.). Políticas públicas, trabalho e movimentos sociais no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2003.
- MARTINS, José de Souza. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da Interpretação. Disponível em: <[www.eptnac.br](http://www.eptnac.br)>. Acesso em 13.mar.2003.
- MONTAÑO, C. Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, F. de. Democratização e republicanização do Estado. Revista Teoria e Debate, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, n. 54, jun/jul/ago2003.

PAULO NETTO, José. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras In: LEBAUPIN, Ivo. (Org.). O desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.

PEREIRA, L. C. Bresser. Reforma do estado para a cidadania. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34, 1998.

PEREIRA, L. C. Bresser e GRAU, Nuria Cunili. O Público não-estatal na reforma do estado. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PETRAS, J. Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau: 1999. Coleção Sociedade e Ambiente, n° 3.